

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
PLANO DE ENSINO – 2017.1

Disciplina: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Professor Autor: Dra. Andrea Martins
Cursos Abrangidos: Pedagogia, História, Geografia, Letra Português, Letras Inglês e Letras Espanhol.	

Ementa	A disciplina de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica abrangerá a educação enquanto direito, apresentando, estudando e problematizando aspectos fundamentais da construção histórica da educação nas constituições brasileiras e na Lei de Diretrizes e Base da educação, focando em questões fundamentais para nosso entendimento da construção do direito a educação.
Objetivos Gerais	Esta disciplina objetiva contribuir para a formação de um (a) professor (a) que compreenda o seu campo de trabalho dentro dos contornos legais existentes.
Unidade 1	Unidade de Aprendizagem 01 Tema: No Brasil: o Percurso Legal das Políticas Educacionais Objetivos conceituais e de Aplicação – Entender os principais ordenamentos legais da educação brasileira: o Manifesto dos Pioneiros, a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/96, e os Parâmetros Curriculares Nacionais.
Unidade 2	Unidade de Aprendizagem 01 Tema: Constituição Brasileira: Capítulo II da Educação Objetivos conceituais e de Aplicação – Estudar o capítulo da Constituição Federal relativo à educação, identificando o objetivo da oferta de ensino de acordo com a Constituição relacionando ao objetivo da oferta de ensino e seus princípios constitucionais.
Unidade 3	Unidade de Aprendizagem 01 Tema: Órgãos Governamentais da Educação: MEC / INEP Objetivos conceituais e de Aplicação – Problematicar os dois órgãos fundamentais da educação brasileira: o MEC e o Inep. Abordaremos o panorama histórico, objetivos e principais áreas de atuação.

Unidade 4	Unidade de Aprendizagem 01 Tema: Gestão Política Objetivos conceituais e de Aplicação – Discutir a Gestão Política a partir da análise da organização do Sistema Político Brasileiro. Veremos como funciona os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quais as funções de cada instância e como os três poderes se articulam na tramitação de um projeto de lei.
Unidade 5	Unidade de Aprendizagem 01 Tema: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: aspectos históricos Objetivos conceituais e de Aplicação – Discutir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, e suas implicações para o ensino.
Unidade 6	Unidade de Aprendizagem 01 Tema: Educação Básica Objetivos conceituais e de Aplicação – Reconhecer como é dividida e estruturada a Educação Básica no Brasil, Identificar as principais leis e artigos que regem a Educação Básica no Brasil e apontar os fatores que influem na qualidade da Educação Básica.
Unidade 7	Unidade de Aprendizagem 01 Tema: Plano Nacional de Educação: processos históricos do plano 2014 a 2024 Objetivos conceituais e de Aplicação – Analisar o Plano Nacional de Educação. Trata-se do plano decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024.
Unidade 8	Unidade de Aprendizagem 01 Tema: Gestão do ensino: Plano Nacional de Ensino Objetivos conceituais e de Aplicação – Estudar a necessidade dos gestores escolares introduzirem, em sua prática administrativa, a leitura sistemática da legislação e normas correspondentes ao ensino nacional, absorvendo e compreendendo os seus princípios e diretrizes recomendados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).
Bibliografia Básica	BRASIL, Constituição da República Federativa. (Edição atualizada) CURY, Carlos Jamil. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. - Lei 8.069 FREITAS, Marcos Cezar de. História social da educação no Brasil (1926-1996). Marcos Cezar de Freitas, Maurilane de Souza Biccás. São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica da História da Educação Brasileira; v. 3) LDB 9394/96 - http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2009. – (Coleção Docência em Formação / Coordenação

Bibliografia Complementar	Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Estrutura e Funcionamento do Ensino. São Paulo: Avercamp, 2004. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007. PROPOSTA DE PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial Mec/mj/seppir No 605 de 20 de Maio de 2008. SAVIANI, Dermeval – Política e Educação no Brasil. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1988 – Introdução e Capítulo I.
Webgrafia	BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 out. 1988. Disponível em: <http://goo.gl/4s0tZE>. Acesso em: 25 ago. 2015. BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015. BRASIL. Ministério da Educação (MEC). História. Disponível em: <http://goo.gl/WGi5Nn>. Acesso em: 21 ago. 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação. Brasília: MEC/SASE, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 18 dez. 2015. BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. (Série legislação, n. 125). COHN, Amélia. O sistema político brasileiro. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 16, n. 3, p. 58- 59, jun. 1976. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901976000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2015. CONTEXTOS HISTÓRICOS. As relações políticas e o Estado. Disponível em: <http://contextoshistoricos.blogspot.com.br/2012/06/as-relacoes-politicas-e-oestado.html>. Acesso em: 21 jun. 2015. CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. Disponível em: <http://goo.gl/HyYRkV>. Acesso em: 24 ago. 2015. CURY, Jamil. A Educação Básica no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. Disponível em: Acesso em: 24 ago. 2015. GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 3-11, abr./jun. 2000. Disponível em: Acesso em: 19 ago. 2015.

	HOICI, Sandro. Diferença entre Câmara e Senado, 23 mar. Disponível em:<http://www.drsandro.org/duvidas/a-diferenca-entre-cmara-senado/#sthash.pE70J0pF.dpuf>. Acesso em: 21 jun. 2015. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ações e Programas. Disponível em:<http://portal.inep.gov.br/web/aceso-a-informacao/acoes-eprogramas>Acesso em: 25 ago. 2015. KRUPPA, Sônia Maria Portela. Políticas Públicas em Educação. Disponível em: Acesso em: 04 jun. 2015. OLIVEIRA, Eduardo Santos de. O sistema político brasileiro hoje: o governo do Supremo Tribunal Federal e legitimidade democrática. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 206- 246, maio/ago. 2013. Disponível em:<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/42437/26832>. Acesso em: 18 ago. 2015. PORTAL BRASIL. Etapas do ensino asseguram cidadania para crianças e jovens, 03 abr. 2012. Disponível em: Acesso em: 24 ago. 2015. PORTAL INEP. Conheça o Inep. Disponível em:<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>. Acesso em: 02 set. 2015. RAPOSO, Gustavo de Resende. A educação na Constituição Federal de 1988.Revista Jus Navigandi, abr. 2005. Disponível em:<http://jus.com.br/artigos/6574/a-educacao-naconstituicao-federal-de-1988>.Acesso em: 24 ago. 2015. RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. Paidéia, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, fev. /Jul. 1993. Disponível em:<http://goo.gl/pfQmAK>. Acesso em: 14 jul. 2015. SALAZAR, Albertina Maria Rocha. Lei de Diretrizes e Bases no cotidiano escolar. In: ACÚRCIO, Marina Rodrigues Borges (Coord.). A gestão da escola. Porto Alegre: Artmed; São Paulo: Pitágoras, 2004. (Coleção Escola em Ação, v. 4). SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.São Paulo: Autores associados, 1997. UOL. Lei obriga pais a matricular crianças a partir dos 4 anos na pré-escola, 05 abr. 2013. Disponível em: < http://goo.gl/Uve2t1 >. Acesso em: 20 ago. 2015. MEC. História. Disponível em: <http://goo.gl/PXiUyn>. Acesso em: 25 ago. 2015. VIEIRA, S. Política (s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBP AE, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan. /abr. 2007. Disponível em: Acesso em: 24 ago. 2015.
Avaliação da Aprendizagem	1º bimestre: Atividades Online – (Módulos I ao IV) = 4 pontos 2º bimestre: Prova Presencial = 6 pontos (Conteúdo dos módulos V ao VIII) Nota Semestral (Final) = Soma da nota MP1 + MP2 O informe das notas bimestrais será realizado em duas etapas, compreendendo a primeira na realização das atividades on-line realizadas no AVA Sumaré, perfazendo 40% do processo avaliativo. No segundo bimestre, o aluno ainda tem disponível unidades de aprendizagem contendo exercícios de fixação, bem como

	todo o conteúdo produzido de acordo com a ementa deste plano de ensino e haverá uma prova presencial perfazendo 60% da nota semestral. Ao final a nota semestral será composta pela soma da nota obtida junto à realização das atividades on-line (MP1) com a nota obtida na prova presencial (MP2), ressaltado o maior peso para a avaliação presencial (60%) em relação as atividades on-line (40%).
	Com Prova Substitutiva e Recuperação